

**Subversão pelo humor:**  
**a «Pequena história da República» de Graciliano Ramos**  
**Subversion through humor: Graciliano Ramos's «Pequena história da República»**

JEAN PIERRE CHAUVIN

**Resumo:** Este ensaio aborda a «Pequena história da República», composta pelo escritor Graciliano Ramos, levando em conta o tom satírico e o caráter aparentemente didático da biografia nacional. Na análise, estabelecem-se diálogos com outros manuais produzidos ao longo do século XX no Brasil.

**Palavras-Chaves:** Graciliano Ramos; República Brasileira; sátira; crítica.

**Abstract:** In this essay we intend to comment Graciliano Ramos's «Pequena história da República», in a way to observe the satirical mode and the didactic character of this biography about Brazil. During the analysis, we have established dialogues between Ramos's work and other manuals that have been produced along 20<sup>th</sup> century in Brazil.

**Keywords:** Graciliano Ramos; Brazilian Republic; satire; criticism.

A sátira é sempre oposição  
(Andrade, 1992: 69-85)

## 1. Riso

Fartamente celebrado durante a Antiguidade greco-latina, o cultivo do ridículo acompanhou os avanços e recuos da humanidade com grande ímpeto, pelo menos até o século XV, em meio às festividades e às leituras coletivas de epigramas, sátiras e fábulas. George Minois salienta que, em seus primórdios, o riso era classificado de acordo com o gênero representado e seus efeitos sobre o espectador:

Desde a época arcaica, há dois tipos de riso que o vocabulário distingue: *gelân*, o riso simples e subentendido, e *katagêlân*, «rir de», o riso agressivo e zombeteiro, que Eurípides condena em um fragmento da *Melanipeia*: «Muitos homens, para fazer rir, recorrem ao prazer da zombaria. Pessoalmente, detesto esses ridículos cuja boca, por não ter sábios pensamentos para expressar, não conhece freio». (Minois, 2003: 49)

O historiador atribui à expansão ultramarina e à contrarreforma católica, entre os séculos XVI e XVIII, o período de maior censura ao gênero humorístico no Ocidente. Era a época do fortalecimento das ordens religiosas, a alimentar o Cisma cristão; da *entourage* dos moralistas franceses, a exemplo de Blaise Pascal — o elemento grotesco, retomado durante o chamado Renascimento, cedia espaço ao espírito cortês dos sábios e eruditos que cultivavam a etiqueta e se equilibravam entre os círculos de poder, junto ao rei.

A alternância entre humoristas e homens graves é uma constante histórica. Tão antigo quanto o riso baixo é a reprimenda superior. Contrapondo-se à veia moralista dos que ironizam os vícios e zombam do comportamento inadequado perante o coletivo, opositores agem como severos juizes do suposto mau gosto. Por esses e outros motivos, seria relevante investigar o lugar da literatura humorística entre os homens sérios de nosso tempo e por que razões parece vigorar entre nós uma aparente confusão entre a falta de seriedade e a prática intencional do gênero baixo — reprimido, do ponto de vista ético, pelo tratamento superficial dos assuntos; duramente criticado, do ponto de vista estético, devido ao exagero ou à deformidade cômica.

Essas questões parecem relevantes, quando se analisam obras que abordaram temas de relativa seriedade sob o impulso de estratégias discursivas que estimulam a desconfiança do leitor por meio da ironia. Nesses casos, o objetivo não é apenas fazer rir, mas constitui um dos sintomas percebidos no exercício crítico por parte de quem lê. Pelo menos desde o século XVII, o discurso irônico se faz presente na cultura luso-brasileira. Lançando mão de variados gêneros, homens letrados, poetas e prosadores abordaram numerosos assuntos, recorrendo à ironia e ao humor como expedientes para denunciar os abusos da lei e sugerir o posicionamento crítico de autores (e leitores), perante os comportamentos inadequados e as decisões exclusivistas impostas

por capitães-gerais, donatários, religiosos, governantes, juízes, bacharéis, barões e coronéis.

Em importante estudo sobre as aceções do conceito ao longo dos tempos, David Muecke (1995: 22) alertava para o fato de que «A maioria das pessoas continuarão a usar uma palavra como “ironia” sem saber ou procurar saber precisamente como foi empregada antes, ou se já não existe em uso um vocabulário mais adequado». Ora, o gênero humorístico não se restringiu às práticas letradas; pelo menos desde meados do século XIX, no Brasil, contagiou jornalistas irreverentes e sugeriu a pensadores, romancistas e, até mesmo, militares a reescrever determinados episódios de nossa história – periodicamente assaltada pelas decisões arbitrárias e excludentes implementadas por (i)legítimos «representantes» do povo.

## 2. Gênero

Quando Octavio Ianni publicou *A ideia de Brasil moderno*, em 1992, propôs-se a caracterizar três estágios de um país que ainda vive sob o signo da exclusão, da arbitrariedade e da violência. O livro, de feição ligeira e caráter didático, descrevia este monstro territorial com sentenças breves e incisivas; ironizava as tentativas da elite política em forjar uma nova temporalidade edificante, em prol da modernização de fachada. Ao chamar a atenção para tais ingredientes, o sociólogo favorecia uma visão mais crítica dos leitores e suscitava questionamentos de forma e fundo

sobre a trajetória do país. Porém, a temática e a forma concisa da linguagem já haviam sido empregadas por outros intelectuais. Àquela altura, o manual de Ianni era caudatário de um conjunto de obras que ofereciam panoramas sobre determinados capítulos da história brasileira – de maneira aparentemente despreziosa, mas posicionada criticamente.

Tratava-se de estudos concisos que não lembravam em quase nada os manuais graves, formais e sisudos que circulavam entre nós, como *O descobrimento do Brasil*, de Capistrano de Abreu (1883), ou *Bandeirantes e pioneiros*, de Vianna Moog (1954). A partir da década de 1930, aqueles que se debruçavam sobre as questões ditas nacionais trocavam o preciosismo pela linguagem mais arejada; substituíam certo ufanismo pela criticidade; questionavam a sucessão linear (e sem acidentes) dos episódios pelo tensionamento que subjaz os eventos e contrapõe os seus atores. Essa postura questionadora palmilhava novas trilhas, inclusive na literatura infantojuvenil. Nelly Novaes Coelho observa que a controversa subida ao poder de Getúlio Vargas representou um período ambíguo em nossa educação formal. Entre a busca da identidade nacional e a violência exercida sistematicamente pelo Estado, durante o chamado Estado Novo,

Os esforços de *reconstrução econômica* seguem paralelos a um amplo movimento de *reivindicações sociais* que, na literatura, encontrara

sua melhor expressão no Romance Regionalista. Neste se denunciavam os descabros do Sistema de poder (oficial ou oficioso) disseminado pelo país, e as condições degradantes em que vivia o povo em extensas regiões brasileiras, principalmente do Centro para o Norte/Nordeste brasileiro. Simultaneamente a essas denúncias, prosseguia a fermentação das novas ideias pedagógicas e se debatiam as propostas para o novo planejamento da Educação nacional. A revolução de 30 (que depôs Washington Luís e levou Getúlio Vargas ao poder) já encontrou o terreno preparado para a renovação educacional, revolucionária, que se fazia urgente. [...] O panorama dos anos de 1930-1940 mostra que, além dos livros de Lobato e das obras clássicas traduzidas ou adaptadas, [...] predomina o imediatismo das informações úteis e da formação cívica. (Coelho, 2010: 263-265; grifos da autora)

Em 1939, ganharam força alguns eventos promovidos pelo IHGB, que celebrava um século de funcionamento. O fato é que, nove anos após a instalação de Vargas no Palácio do Catete, a revista *Diretrizes* lançou um concurso nacional para que se produzissem dissertações sobre a história do Brasil, tendo em vista as festividades em torno da República. O periódico chegava à décima oitava edição. Sugestivamente, a capa trazia o presidente Franklin Roosevelt em trajes formais, com feições amenas, em aparente reunião com um correligionário fardado (Fig. 1).

Provavelmente inspirado pelo tema do concurso (e pela foto que ilustrava a capa da re-

vista), Graciliano Ramos teria começado a redigir o que viria a ser a sua «Pequena história da República». Em novembro, dois números à frente, o periódico divulgaria as «Condições para participar do Concurso Nacional Republicano», dentre as quais destaco o segundo item: «Nenhum trabalho apresentado poderá passar de 60 páginas datilografadas em espaço de 2» (*Diretrizes*, 1939: 20), o que corresponde aproximadamente à extensão do texto escrito pelo romancista.

É curioso que, décadas depois, seria publicado *A ideia de Brasil moderno*, de Octavio Ianni – livro que, na forma como foi estruturado e redigido, lembra em parte a maneira como Graciliano Ramos organizou e escreveu seu breve manual:

Em 1889 o Brasil se diferenciava muito do que é hoje: não possuíamos Cinelândia nem arranha-céus; os bondes eram puxados por burros e ninguém rodava em automóvel; o rádio não anunciava o encontro do Flamengo com o Vasco, porque nos faltavam rádio, Vasco e Flamengo; na estrada de ferro Central do Brasil morria pouca gente, pois os homens, escassos, viajavam com moderação; existia o morro do Castelo, e Rio Branco não era uma avenida – era um barão, filho de visconde. O visconde tinha sido ministro e o barão foi ministro depois. Se eles não se chamassem Rio Branco, a avenida teria outro nome. (Ramos, 1970: 157)

A título de ilustração, vejamos o que dizia Octavio Ianni sobre a Primeira República:

Em 1888-89 o Brasil tentou entrar no ritmo da história. Aboliu a Escravatura e a Monarquia, proclamando a República e o trabalho livre. Liberou forças econômicas e políticas interessadas na agricultura, indústria e comércio. Favoreceu a imigração de braços para a lavoura, povoadores para as colônias em terras devolutas e artesãos para a indústria. Ao mesmo tempo, jogava na europeização, ou no branqueamento da população, para acelerar o esquecimento dos séculos de escravismo. (Ianni, 1992: 21)

Além de haver semelhanças nas *Histórias* de Graciliano e Ianni, vale lembrar que outros manuais desse feitio circulavam há mais tempo. Por exemplo, em 1968, João Cruz Costa editara a sua *Pequena história da República*; dois anos depois, foi a vez de Nelson Werneck Sodré, com *Síntese de história da cultura brasileira*. Em ambos prevalecia uma concepção crítica sobre o país, ainda que as questões fossem abordadas sob tonalidade mais formal que aquela empregada por Graciliano, mais de 20 anos antes.

Não se pode esquecer que, àquela altura, era um ato de bravura editar manuais que contestavam a versão oficial dos acontecimentos. Teria a história de Graciliano Ramos inspirado o tema, a composição e o estilo encontrados nos livros publicados após a sua «Pequena história da República»? O que o romancista Graciliano Ramos, o sociólogo Octávio Ianni e o militar Nelson Werneck Sodré teriam em comum? O fato de os autores serem for-

mos e atuarem em áreas diferentes teria propiciado a redação abreviada e crítica de nossa história?

### 3. Contraposição

Ao desmitificar a versão historiográfica institucional luso-brasileira, registrada pelos bacharéis do reino, desde muito antes de proclamada a Independência, Graciliano demolia os vultos nacionais, substituindo os retratos robustos por descrições de homens caricatos e ordinários. Em alguns casos, o retrato vituperado dos sujeitos – tidos como líderes responsáveis pela «transição» entre o Império e a República – explicitava a pieguice da linguagem pomposa dos tratados existentes. O autor firmava sua posição contrária ao método positivista e ao discurso idealizador:

Os homens maduros de hoje eram meninos. O Sr. Getúlio Vargas, no Sul, montava cabos de vassoura; o Sr. Ministro da Guerra comandava soldados de chumbo; o Sr. Ministro da Educação vivia longe da escola, porque ainda não existia. Nesse tempo, o chefe do governo, o Sr. Dr. Pedro II, Imperador, dispunha de longas barbas brancas respeitáveis e nas horas de ócio estudava hebraico, língua difícil, inútil à administração e à política. (Ramos, 1970: 158)

Destinado, em princípio, ao público infantojuvenil, Graciliano relativiza o fausto dos grandes eventos e corrói o senso comum, aproximando o registro historiográfico do tom anedótico: «José de Alencar, romancista

enorme, tinha tido barbas enormes, perfeitamente iguais às do Imperador – e chegara a ministro» (Ramos, 1970: 158). Mais preocupado em extrapolar o alcance dos eventos e minorar a importância de seus atores que em reproduzir a imagem do bom-mocismo cívico, celebridades da República Velha e do Estado Novo foram destronadas e expurgadas do panteão a que haviam sido alçadas por perpetuadores do latifúndio colonial, herdeiros da cultura bacharelesca ou porta-vozes da arrogância patriarcal do Oitocentos. A sombra do patriarcado descoloria o retrato emoldurado em manuais conservadores:

A abolição trouxe, é claro, um grande assanhamento nas senzalas. Os negros dançaram, cantaram, praticaram excessos, depois saíram sem destino, meio doidos. [...] Muitos, porém, se deixaram ficar nas cozinhas das casas-grandes. A negra velha, antiga mucama de iaiá e ama de leite dos filhos de iaiá, não pôde afastar-se. Até então recebera ordens e obedecera, às vezes resmungando e estirando o beíço, mas obedecera, porque se tinha habituado a ouvir gritos, e Deus Nosso Senhor, com os seus poderes, dividira as criaturas em senhores e escravos. (Ramos, 1970: 161)

Para Octavio Ianni, o fim da escravidão apenas deu novos contornos a antigas práticas violentas. A ironia, evidente no excerto de Graciliano, aqui é substituída pela denúncia:

O liberalismo econômico prevalecia nas relações econômicas externas, nas quais sobres-

saía a Inglaterra. Nas relações internas, entre setores dominantes e assalariados, predominava o patrimonialismo. Um patrimonialismo que compreendia tanto o patriarcalismo da casa-grande e do sobrado como a mais brutal violência contra os movimentos populares no campo e na cidade. A repressão posta em prática em Canudos, na Revolta da Vacina, no Contestado e em outros movimentos sociais revelava algumas das possibilidades mais extremas de uma república simultaneamente liberal e patrimonial. (Ianni, 1992: 22)

Particularmente no caso de Graciliano Ramos, o fato de se tratar de um manual destinado, em tese, ao público infantojuvenil, reforça a linguagem concisa, a frase abreviada, o escopo reduzido da análise e a interpretação mais simples e imediata de lances decisivos de nossa história recente:

Em junho de 1889 o Visconde de Ouro Preto expôs um programa liberal com que tencionava reprimir o movimento [republicano].

– É o começo da república, declarou um deputado.

– É a inutilização da república, respondeu o presidente do conselho.

Engano. Ela veio cinco meses depois, mas o povo recebeu-a friamente. Foi o que disse Aristides Lobo. (Ramos, 1970: 165)

Em diversas passagens sobressai a dicção jovial, em que o romancista mimetiza a mentalidade e a maneira como um jovem de seu tempo se expressaria em torno dos fatos que lhe eram apresentados (de modo bem di-

verso) no banco escolar. É o que se percebe, por exemplo, no episódio em que o Marechal Deodoro da Fonseca teria socorrido o Barão de Ladário, Ministro da Marinha. Graciliano reconstituiu o suposto diálogo com evidente sarcasmo:

– É o Ladário, disse Deodoro a um tenente. Vá prendê-lo.

O ministro, porém, não quis ser preso e recebeu a intimação atirando no oficial. Felizmente a arma negou fogo. Um instante depois houve muita bala. E Ladário, bastante ferido, recuou, tentou recolher-se a um armazém próximo. Como as portas se fecharam, caiu na calçada. Iam acabá-lo a coronha de fuzil quando o Marechal correu e o salvou:

– Soldados, não matem o Barão.

Se essa frase não fosse dita, a Proclamação da República teria custado uma vida (Ramos, 1970: 166-167).

#### 4. Seriedade?

De modo geral, o humor praticado por nossos poetas e prosadores ainda é percebido com desconfiança por uma parcela considerável de nossos estudiosos – em particular, os historiadores literários partidários das teorias cravadas pelos escritores e intelectuais adeptos do «modernismo paulista». Uma das explicações para essa postura refratária à estética do riso parece estar na mentalidade cívica, na postura sóbria de homens seriamente preocupados com a identidade nacional. Para Elias Thomé Saliba,

Toda essa geração de intelectuais, jornalistas e pensadores brasileiros que viu nascer a

República esforçou-se por forjar um conhecimento sobre o Brasil em todas as suas peculiaridades, pois aquele momento que se seguiu ao advento da República parecia uma rara, e talvez única, oportunidade histórica de o país colocar-se no nível do século, integrando-se de uma forma definida no mundo ocidental. [...] Mas, dotados de um equipamento intelectual herdado das linhagens ideológicas positivistas e evolucionistas [...], acabariam oscilando entre a adoção de modelos deterministas e a reflexão sobre suas implicações, entre a exaltação de uma «modernidade nacional» e a verificação de que o país, como tal, era inviável. (Saliba, 2002: 34)

Transcorrida a fase de maior ímpeto dos «modernistas», mais ou menos entre 1922 e 1930, certo revisionismo arrependido passou a sustentar a hipótese de que praticar o humor seria um gesto imaturo e passageiro, como se detecta na conferência lida por Mário de Andrade (1974: 232) na Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, em 1942: «O meu mérito de participante é mérito alheio: fui encorajado, fui enceguecido pelo entusiasmo dos outros». Quer dizer, o tom irreverente da escrita supostamente corresponderia à «fase» superada de um período histórico e havia sido substituída por uma maior conscientização do papel formador da cultura e *intelligentsia* nacional. Mário reverberava a opinião de que o ímpeto dos modernistas paulistas se devia a uma cota desmedida de coragem e pureza. Teria sobrado arrojo; faltava-lhes pudor e autoconsciência.

Três anos depois, em conferência apresentada na Biblioteca Mário de Andrade, em 21 de agosto de 1945, Oswald de Andrade (1992: 65) propôs uma apologia do humor literário, por intermédio da sátira: «Qual o prestígio da sátira? Qual a sua finalidade? Qual a sua função? Fazer rir. Evidentemente isso está ligado ao social. Ninguém faz sátira rindo sozinho. A eficácia da sátira está em fazer os outros rirem de alguém, de alguma instituição, acontecimento ou coisa. Sua função, pois, é crítica e moralista». Entre defensores e detratores do riso, como (d)efeito estético, Raimundo Magalhães Júnior organizou em 1957 um volumoso compêndio de autores que fizeram da sátira e do humorismo emblemas do inconformismo e motores de sua composição. Para o antologista, elas seriam «[...] expressões não apenas literárias, mas reflexos do próprio caráter do povo brasileiro. Representam formas de desabafo da alma popular contra injustiças sociais, ou um meio de aliviar a pressão sob a qual vivemos, nas horas de crise» (Magalhães Júnior, s.d.: 7-8).

Ciente de que, em nosso país, as soluções forjadas pelos governos reproduzem um mundo de fachada, fechado à maioria de seus habitantes, Graciliano avaliava que a febre amarela resultara em providências de eficácia questionável, por razões espúrias: «Oswaldo Cruz deu cabo da febre amarela. E aparecemos, livres de mosquitos, entre os povos civilizados». Por sua vez, «Rio Branco organizou, com segurança, a propaganda do Brasil: foi um ótimo diretor de

publicidade». Combinando solução (aparente) com um poderoso *marketing* de encomenda, estávamos curados: «Com o dinheiro do empréstimo consertamos a fachada. E Rio Branco, apontando a fachada, mostrou que não éramos fracos e doentes, como na Europa julgavam» (Ramos, 1970: 188-189).

O êxito das obras humorísticas pressupõe o aval prévio do leitor. Afinal, como dizia Henri Bergson (2004: 57): «Tanto por instinto natural quanto porque todos preferem – em imaginação ao menos – enganar a ser enganados, é do lado dos espertos que o espectador se põe». Eis outra abordagem possível da história recontada por Graciliano. Na «Pequena história da República», ele teria ridicularizado as falácias e exageros do discurso regulamentar, retirando o *glamour* sedimentado pelos manuais escolares em torno dos grandes eventos e celebridades. Ao dialogar com os mais jovens, o escritor subtraía o protagonismo das personagens oficiais. O discurso histórico serve aos propósitos da fruição literária.

A linguagem mais formalista perdia a primazia, o que talvez explicasse as marcas de coloquialismo. A dicção mais solta era intencional, claro esteja. Decorre daí a menor importância que Graciliano concedeu às datas (aqui, lacunares), aos eventos (tidos por menores) e aos heróis (representados caricatamente), em conclusões «apressadas» que divertem o leitor. É como se o manual reproduzisse uma conversa entre sujeitos que padecessem solidariamente os

dissabores do poder e da biografia idealizada da nação que não reconhecem como sua.

## 5. Síntese

Combinada à concisão, a ironia é um dos recursos mais recorrentes em «Pequena história da República». David Muecke lembra que Aristóteles

[...] considerava a *eironeia*, no sentido de dissimulação autodepreciativa, superior a seu oposto, a *alazoneia*, ou dissimulação jactanciosa; a modéstia, ainda que apenas simulada, pelo menos parece melhor que a ostentação. (Muecke, 1995: 31)

Essa distinção pode ser percebida na linguagem empregada por Graciliano Ramos ao longo do capítulo. Como se manejasse lentes de aumento ou de redução, o romancista se posiciona ora de modo mais rente, ora de modo mais distanciado dos acontecimentos que narra.

Pautado pela acidez constante, seu relato é entremeado por comentários de um homem que rebaixa o discurso ufanista e dessacraliza a imagem de certas celebridades de nossa minguada história:

Deodoro, ótimo homem, honesto, generoso, sincero, bravo, possuía todas as qualidades necessárias ao soldado, mas era impetuoso e autoritário, tinha o coração perto da goela: dificilmente poderia mover-se na teia de aranha da política. Descontentou a princípio os civis – e alguns ministros se retiraram; depois, es-

quecido de que a agitação dos militares havia motivado a república, censurou-os por eles não se aquietarem. (Ramos, 1970: 170)

O retrato, pelo avesso, do futuro presidente será reforçado em seguida, quando o romancista resumirá as circunstâncias em que foi redigida, promulgada e imposta a primeira Constituição Republicana, mais ou menos seguindo os caprichos de Deodoro da Fonseca:

Presidente Constitucional da República, Deodoro modificou tudo nos Estados cujos representantes não lhe tinham dado voto em 25 de fevereiro. Nomeações e demissões abundantes trouxeram grande impopularidade ao Marechal e especialmente ao Barão de Lucena. [...] As dissidências entre o executivo e o legislativo agravaram-se depois de julho. Afinal, a 3 de novembro, o Presidente dissolveu as duas Câmaras e decretou o estado de sítio para o Distrito Federal e para Niterói. Ao mesmo tempo afirmava, em manifesto, que *governaria com a Constituição*. E prometia convocar *oportunamente* um Congresso novo. (Ramos, 1970: 172)

Compare-se a linguagem adotada por Graciliano Ramos com a dicção de João Cruz Costa, ao caracterizar o temido Marechal de Ferro:

Em setembro de 1889, chegava ao Rio de Janeiro, de volta de uma missão militar na província de Mato Grosso, o prestigioso Marechal Deodoro da Fonseca. Voltava irritado contra os políticos[,] mas não desejoso de derrubar o velho regime. Entre os que o haviam ido esperar por ocasião do desembarque, encon-

trava-se o general Floriano Peixoto, que, na ocasião, ocupava o posto de ajudante-general do Exército [...]. (Cruz Costa, 1972: 40)

O lance se repetiria pouco tempo depois, desta vez capitaneado por Floriano Peixoto. Em novembro de 1891, «Floriano Peixoto, Vice-Presidente, assumiu o poder. E logo deitou abaixo todos os Governadores, fiéis a Deodoro por ocasião do golpe de 3 de novembro. Só escapou Lauro Sodré, do Pará. Recomeçaram as encenças» (Ramos, 1970: 174). Um dos pontos altos, em termos de ironia e concisão, refere-se ao surgimento de Antônio Conselheiro. Por ocasião da Guerra de Canudos, Graciliano Ramos descreve o líder popular de modo pejorativo – parodiando a imagem negativa semeada pelos manuais de «História» do Brasil:

Apareceu no sertão da Bahia no fim do século passado, com um surrão às costas, vestido num camisa azul, barbudo, rezando, pedindo esmolas e dizendo coisas desconexas. Louco e meio analfabeto, facilmente reuniu uma considerável multidão de sujeitos menos loucos e mais analfabetos que ele, a pior canalha da roça. Em 1876 foi preso. Em 1887 o Arcebispo da Bahia, justamente alarmado com a concorrência que o idiota fazia à religião verdadeira, denunciou-o ao presidente da província, que desejou meter o homem num hospício de alienados. Infelizmente não havia lugar no asilo – e Antônio Conselheiro continuou a pregar ideias subversivas e a anunciar o fim do mundo para 1900. Antes do fim do mundo, porém, veio a República. E descobriram que ele era um monarquista perigoso. (Ramos, 1970: 183-184)

O registro ambivalente operado por Graciliano Ramos comportaria três níveis de leitura. O autor: 1) sintetizava os acontecimentos mais celebrados pelos historiadores tradicionais, fingindo aderir ao discurso dos programas oficiais e compartilhar da concepção defendida nos manuais que circulavam no país; 2) explicitava a ideologia embutida nos clichês empregados pelos historiadores tradicionais, com o que provoca a desconfiança do leitor e conquista a adesão daqueles que questionam os estereótipos e a atuação supostamente heroica de um punhado de homens em cargo de confiança do governo; 3) sugeria que a escrita da história consistia em uma versão dos acontecimentos e, como tal, não se distanciava de uma boa (ou má) obra de ficção.

Sob essa perspectiva, Graciliano não tentava reproduzir a lição dos antigos de que a história seria a busca e o registro da verdade, nem a considerava uma ciência – como se passou a acreditar no final do Oitocentos. Em tom provocador, ele submetia homens e eventos ao crivo artístico, passando em revista os acontecimentos e atores que se impuseram com mão de ferro neste Estado/Província. Isso também permitiria que o rei fosse destronado simbolicamente e o leitor repensasse a condição do país, após décadas de conservadorismo, bacharelismo, baronato e coronelismo.

Por aqui, a violência a galope, instaurada por Deodoro e Floriano, foi enfeitada pelas cores «nacionalistas» de Bragança e o lema «modernizador» positivista, escudados pelo novo

lema de uma republiqueta de privilégios. Como percebera João Cruz Costa (1972: 46): «O novo regime foi, assim, mais uma transformação de cúpula; foi o resultado de uma composição da burguesia com uma parte da plutocracia rural – foi, em suma, a ascensão de um governo burguês oligárquico».

Dois anos depois, Nelson Werneck Sodré defenderia ideia similar:

[...] nos fins do século XIX, entrando pelo século XX, aparece a tese que assinala o contraste entre as duas faces do Brasil, os dois Brasis: o Brasil cosmopolita, do litoral, todo voltado para o exterior e receptivo às suas influências, e o Brasil autêntico, do interior, em que as velhas raízes conservariam sua pureza original. (Sodré, 1977: 51)

Num país nascido e conduzido em meio ao arbítrio dos poderes e à violência social, o discurso republicano ressoava com pura demagogia e cinismo. Sob os auspícios da democracia e da legalidade aparente, o discurso defendia a coisa pública e oferecia uma versão fantasiosa e ufanista da nação:

A máquina eleitoral funcionava com defuntos, e a fabricação das atas no interior só não causava indignação porque toda a gente se habituara àquelas safadezas. Para pagar esse trabalhinho, a falsificação do voto que produzia o Governador e o deputado, o sindicato político da capital dava ao coronel da praça da roça plenos poderes para matar, roubar, queimar, violar. (Ramos, 1970: 193)

O leitor habituado à prosa enxuta de Graciliano Ramos talvez reconheça, em seu tratado, a concisão do relato e a precisão dos golpes que o autor desferiu contra o discurso instituído que positivava a imagem de um país aprumado (e alinhado com os Estados Unidos), empenhado em atropelar os direitos da maioria com uma modernização de araque, tocada a qualquer custo, sob o discurso ideológico e os criativos instrumentos da violência.

A postura crítica do escritor não se limitava aos episódios mais célebres de nossa história. Em 1931, ao descrever Lampião, ele questionava o juízo apressado sobre o cangaceiro, duramente condenado pelo senso comum: «Não podemos razoavelmente esperar que ele [Lampião] proceda como os que têm ordenado, os que depositam dinheiro no banco, os que escrevem em jornais e os que fazem discursos» (Ramos, 2014: 29). Quando apresenta a sua versão dos acontecimentos, nove anos depois, Graciliano invoca o desdém de seu interlocutor face ao discurso escolar, imunizando-o contra a leitura ingênua e excludente. No papel de historiador, Graciliano compartilha seu desconforto diante de episódios grandiloquentes, através da concisão e do humor.

Henri Bergson (2004: 65) afirmava que «O riso é certo gesto social que ressalta e reprime certa distração especial dos homens e acontecimentos» –, assertiva que se poderia ajustar ao manual legado por Graciliano Ramos. Nele, o tom pretensioso dos historiadores de outrora topa com a reinterpretação sintética dos

fatos e o questionamento do pseudoufanismo nacional. A exemplo do que sucede em *Vidas secas* –, em que aderimos ao ponto de vista do narrador, «Pequena história da República» aumenta a nossa desconfiança frente à historiografia tradicional, pelas mãos do romancista, no papel de historiador.

A história do Brasil está repleta de baixezas, tratadas de modo sério, o que quase resvala na questão racial. Nisso, certa historiografia se avizinha da farsa e merece ser abordada como tal. Ao contestar as falácias cultivadas nos manuais que circulavam em seu tempo, Graciliano Ramos fortalecia a adesão do leitor e evocava o sentimento universal de solidariedade – que, por sinal, já andava em baixa àquela altura. O que ele diria sobre o desgoverno brasileiro, iniciado em 2016 e catapultado ao genocídio programático, desde 2018?

## Bibliografia

### *Imprensa*

Andrade, M. de (1974). O movimento modernista. Em: *Aspectos da literatura brasileira*. (5.<sup>a</sup> ed.). Martins. São Paulo. pp. 231-255;

Andrade, O. de. (1992). A sátira na literatura brasileira. Em: *Estética e política*. Globo. São Paulo. pp. 69-85;

Aristóteles (2014). *Poética*. (1.<sup>a</sup> reimp.) (Trad. de Edson Bini). Edipro. Bauru;

Bergson, H. (2004). *O riso: Ensaio sobre a significação da comichão*. (Trad. de Ivone Castilho Benedetti). Martins Fontes. São Paulo;

Coelho, N.N. (2010). *Panorama histórico da literatura infantil/juvenil: Das origens indoeuropeias ao Brasil contemporâneo*. (5.<sup>a</sup> ed.). Manole. Barueri;

Cruz Costa, J. (1972). *Pequena História da República*. (2.<sup>a</sup> ed.). Civilização Brasileira. Rio de Janeiro;

Ianni, O. (1992). *A ideia de Brasil moderno*. Brasiliense. São Paulo;

Koselleck, R. (2012). *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. (3.<sup>a</sup> reimp.). (Trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira). Contraponto/Ed. PUC. Rio de Janeiro;

Lafetá, J.L. (1974). *1930: A crítica e o modernismo*. Duas Cidades. São Paulo;

Le Goff, J. (2003). *História e memória*. (5.<sup>a</sup> ed.). (Trad. de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges). Editora da Unicamp. Campinas;

Magalhães Júnior, R. (s.d). Apresentação. Em: R. Magalhães Júnior (org.). *Antologia de humorismo e sátira*. (2.<sup>a</sup> ed.). Edições Bloch. Rio de Janeiro. pp. 7-8;

Minois, G. (2003). *História do riso e do escárnio*. (Trad. de Maria Elena O. Ortiz Assumpção). Editora Unesp. São Paulo;

Muecke, D. (1995). *Ironia e o irônico*. (Trad. de Geraldo Gerson de Souza). Perspectiva. São Paulo;

Oliveira, C.J. de (1984). *Tratado do sublime de Dionísio Longino*. Imprensa Nacional- Casa da Moeda. Lisboa;

Ramos, G. (1970). Pequena história da República. Em: *Alexandre e outros heróis*. (7.<sup>a</sup> ed.). Livraria Martins Editora. São Paulo. pp. 155-207;

Ramos, G. (2014). Lampião. Em: *Cangaços* (org. por T. Mio Salla e I. Lebensztayn). Record. Rio de Janeiro. pp 27-30;

Saliba, E.T. (2002) *Raízes do riso: A representação humorística na história brasileira – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio* (2.<sup>a</sup> reimp.). Companhia das Letras. São Paulo;

Schwarcz, L.M. (2020) *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. (18.<sup>a</sup> reimp.). Companhia da Letras. São Paulo;

Sodré, N.W. (1977). *Síntese de história da cultura brasileira*. (5.ª ed.). Civilização Brasileira. Rio de Janeiro;

Tringali, D. (1993). *A Arte poética de Horácio*. Musa Editora. São Paulo;

Veyne, P. (2008). *Como se escreve a História*. (Trad. de António José da Silva Moreira). Edições 70. Lisboa.

### *Digital*

Moreschi, M. (2015). 22 por 42: O paradigma da celebração. *Remate de males*, **33** (1-2): 255-271. Acedido em 21 de janeiro de 2021, em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636456>;

*Diretrizes: Política, Economia, Cultura* (1939). **18**. Acedido em 21 de janeiro de 2021, em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=163880&pasta=ano%20193&pesq=hist%C3%B3ria%20da%20rep%C3%ABlica>;

*Diretrizes: Política, Economia, Cultura* (1939). **20**. Acedido em 21 de janeiro de 2021, em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=163880&pasta=ano%20193&pesq=hist%C3%B3ria%20da%20rep%C3%ABlica>.

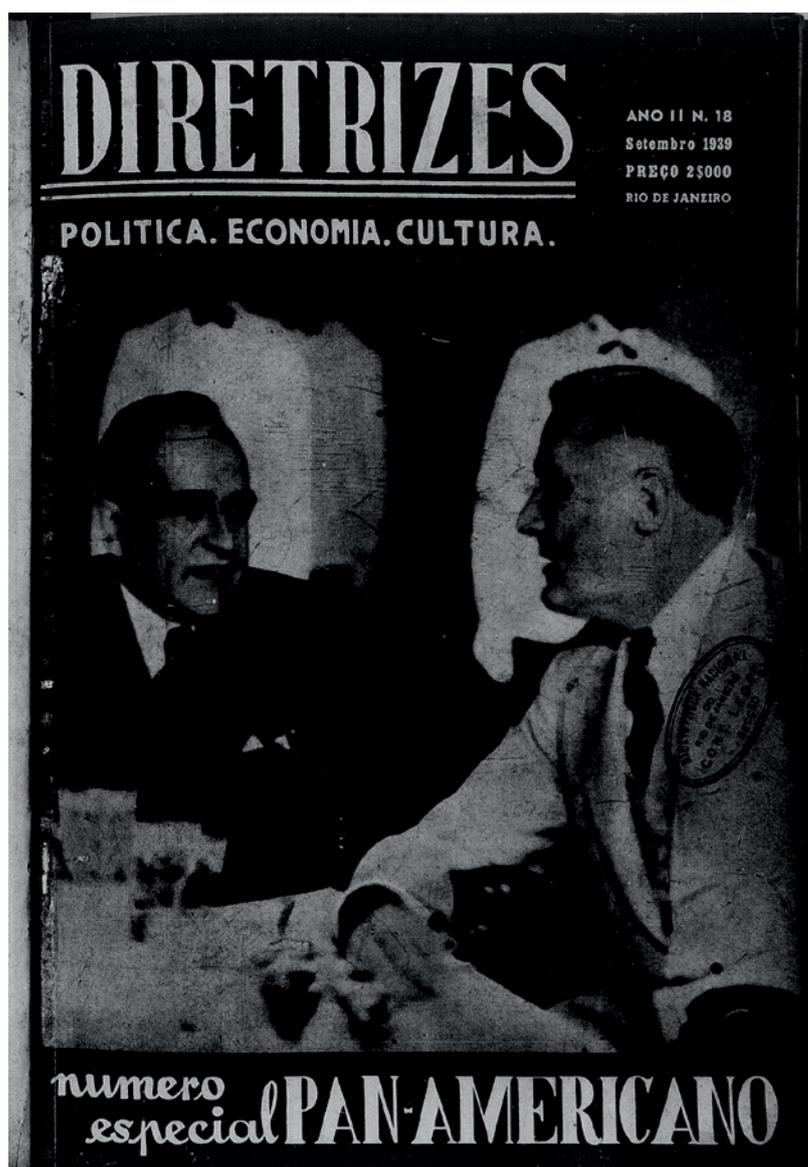


Fig. 1 – Capa do *Jornal Diretrizes*, Ano II, setembro de 1939.